



ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.580	5.351
Contas a receber de clientes	7	8.070	7.138
Estoques	8	46	79
Despesas antecipadas		294	52
Créditos com partes relacionadas	18	41	20
Tributos a recuperar		2	3
Outros créditos		82	3
		16.115	13.022
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	76	894
Tributos diferidos	15	—	1.786
Depósitos judiciais	17	90	112
		166	2.792
Imobilizado	10	444	417
Intangível e ativo de contrato	11	100.648	84.171
		101.258	87.380
		117.373	100.402
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	6.101	1.083
Empréstimos e financiamentos	13	1.081	1.077
Obrigações tributárias	14	811	607
Obrigações trabalhistas		1.449	1.224
Obrigações com acionistas	18	10.994	8.917
Ônus da concessão	16	172	173
Débitos com partes relacionadas	18	472	396
Adiantamentos de clientes		77	454
Outros exigíveis		823	1.080
		21.980	15.011
Empréstimos e financiamentos	13	28.382	19.636
Tributos diferidos	15	351	—
Provisões para contingências	17	1.291	7.054
		30.024	26.690
Patrimônio líquido	19		
Capital social		36.694	36.694
Reservas de lucros		28.675	22.007
		65.369	58.701
		117.373	100.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	20	76.667	63.436
Custo dos serviços prestados	21	(53.382)	(37.445)
Lucro bruto		23.285	25.991
Receitas (despesas) operacionais		54	53
Despesas gerais e administrativas	22	(9.782)	(16.756)
Outras receitas (despesas) operacionais		54	53
		(9.728)	(16.703)
Resultado operacional antes do resultado		13.557	9.288
Receitas financeiras	23	1.155	1.108
Despesas financeiras	23	(1.601)	(1.872)
Resultado financeiro		(446)	(764)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.111	8.524
Imposto de renda e contribuição social—corrente	15b	(2.229)	(3.239)
Imposto de renda e contribuição social—diferido	15b	(2.137)	449
Lucro líquido do exercício		8.745	5.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	8.745	5.734
Total do resultado abrangente do exercício	8.745	5.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Inves-timen-tos	Reten-ção de Lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	36.694	1.287	2.290	14.058	17.635	54.329
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	5.734	5.734
Proposta de destinação do resultado do exercício	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	287	—	—	287	(287)
Reserva de investimentos	—	—	204	—	204	(204)
Dividendos propostos	—	—	—	—	(1.362)	(1.362)
Reserva para retenção de lucros	—	—	—	3.881	3.881	(3.881)
Saldos 31 de dezembro de 2020	36.694	1.574	2.494	17.939	22.007	58.701
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	8.745	8.745
Proposta de destinação do resultado do exercício	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	437	—	—	437	(437)
Reserva de investimentos	—	—	312	—	312	(312)
Dividendos propostos	—	—	—	—	(2.077)	(2.077)
Reserva para retenção de lucros	—	—	—	5.919	5.919	(5.919)
Saldos 31 de dezembro de 2021	36.694	2.011	2.806	23.858	28.675	65.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.745	5.734
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	6.804	4.485
Ônus da concessão	1.887	1.806
Encargos financeiros, despesas e receitas de juros	821	1.101
Juros e IOF sobre empréstimos	—	37
Atualização monetária das contingências	195	888
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	888	1.586
Provisão para contingências	(5.958)	943
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.229	3.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.137	(449)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	1	2
Lucro ajustado	17.749	18.484
Variações no ativo		
Contas a receber	(1.059)	(1.725)
Estoques para consumo	33	553
Depósitos judiciais	22	1
Tributos a recuperar	(64)	(75)
Despesas antecipadas	(242)	(36)
Outros créditos	297	107
Aplicações financeiras—vinculadas	818	104
Créditos com partes relacionadas	(21)	(2)
Variações no passivo		
Fornecedores	5.018	446
Débitos com partes relacionadas	76	8
Obrigações tributárias	49	(10)
Obrigações trabalhistas	225	137
Outros exigíveis	(634)	131
Caixa gerado (aplicado) nas operações	4.518	(361)
Ônus da concessão pago	(1.888)	(1.780)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.009)	(3.235)
Juros pagos	(756)	(1.326)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.614	11.782
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(161)	(54)
Adições ao intangível	(23.148)	(12.259)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(23.309)	(12.313)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	11.957	21.151
Amortização de empréstimos e financiamentos	(4.033)	(14.083)
Amortização de empréstimo de mútuo	—	(2.258)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	7.924	4.810
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.229	4.279
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.351	1.072
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.580	5.351
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.229	4.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas das Agulhas Negras S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Professor Antônio Esteves, nº 1.000, Morada da Colina, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro—Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a SANEAR (Concedente), a Prefeitura de Resende (Interveniente) e a Águas das Agulhas Negras S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº. 018/2007 de 30 de novembro de 2007, com prazo de 30 anos a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 2008, tendo o presente contrato a previsão de término para janeiro de 2038. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo, inclusive, as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços; abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto futuros e a aos demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos

custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga que se dá pelo percentual aplicado sobre a arrecadação líquida oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Resende sem contrapartida financeira. **1.1 Impactos da crise da COVID-19:** No contexto da crise da COVID-19, em março de 2020, foi instaurado o Comitê de Crise e de Continuidade do Negócio, adotando medidas visando a preservação da saúde, segurança e bem-estar de nossos colaboradores, bem como a continuidade da prestação dos serviços de água e esgoto, garantindo atendimento integral à sociedade para a qual atuamos. Desta forma, o Grupo implementou um plano com o objetivo de viabilizar: • A continuidade de suas operações e a proteção dos seus funcionários e clientes, com medidas tais como: disponibilização de infraestrutura tecnológica (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalhos remotos (*home office*), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, antecipação e argramento de vacinas, uso de aplicativos e plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais e a implementação de novas funcionalidades na operação, de forma a migrar o atendimento dos clientes para os canais remotos. • O apoio no combate ao avanço do Coronavírus, com a realização de medidas externas que possam minimizar os impactos da COVID-19 e contribuir com a sociedade, como a doação de litros de água sanitária e sabonetes à Prefeitura de Niterói; doação de cestas básicas, higienização de ruas e o mapeamento do novo Coronavírus no esgoto da cidade, em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e a Prefeitura. O estudo é inédito no Brasil e pode servir como um instrumento capaz de identificar a chegada do vírus a uma localidade antes da confirmação dos casos pelo sistema de saúde. A Administração do Grupo Águas do Brasil analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de COVID-19 e não foram identificados impactos relevantes que requerem ajustes sobre as Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Concessionária no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que representam os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Concessionária atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Concessionária e, também, a moeda de apresentação. Alguns saldos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, foram reclassificados para uma melhor apresentação das demonstrações financeiras. Estas reclassificações não são materiais para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e não alteram nenhum indicador de performance da Concessionária. Em 28 de março de 2022, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **3. Principais políticas contábeis:** **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Concessionária apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03—Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Concessionária classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Receita operacional:** *ii) Receita de contrato com o cliente:* As receitas de prestação de serviço de tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são contabilizadas através do ajuste por competência. *iii) Receitas de construção:* A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. **3.3. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social—PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social—COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens e direitos, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada segundo o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral. **3.5. Intangível e ativo de contrato:** *i) Reconhecimento e mensuração:* O intangível e ativo de contrato estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por dedução do valor recuperável, quando aplicável. *ii) Contratos de concessão:* As Sociedades de Propósitos Específicos—SPE (Concessionárias) possuem contratos de concessão pública de serviço de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelos serviços, durante a sua vigência. Assim, a Concessionária reconhece como ativo intangível esse direito. A amortização do ativo intangível e ativo de contrato reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária. **3.6. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *i) Ativos financeiros:* Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Concessionária para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Concessionária tenha aplicado o expediente prático a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, exceto no caso de ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos investimentos expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro, nos termos de um contrato de repasse, e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; (iii) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. *Mensuração subsequentemente:* Para fins de mensuração subsequentemente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração do valor justo:* A Concessionária mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Concessionária. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou considerando o outro participante de avaliação que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Concessionária utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1—preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2—técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3—técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Concessionária

determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Concessionária determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado/instrumentos de dívida:* Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):* A Companhia mensura os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* A Companhia mensura como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, as variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado. *ii) Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* A Companhia mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado. *Outros passivos financeiros:* Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *iii) Compensação de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou resgatar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Em 2021, não foram identificados eventos que indicassem a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.10. Destinação do resultado:** No encerramento do ano, a Concessionária destina seus resultados entre dividendos e reservas, na forma prevista na legislação societária. Com relação aos dividendos, a distribuição é reconhecida como passivo nas Demon



ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Concessionária ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados a Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Concessionária e suas investidas pretendem adotar tais normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 – Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante e não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das Demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: **Vida útil dos ativos imobilizados, intangíveis e ativos de contrato:** A vida útil classificada no ativo imobilizado, intangível e ativo e contrato reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Concessionária. Anualmente, a Concessionária revisa a vida útil desses ativos. **Provisões para contingências:** A Concessionária reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: **i) Contas vencidas há mais de seis meses:** Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. **ii) Contas vencidas há mais de um ano:** Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber. **iii) Perdas gerenciais:** São provisões e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social, as notas fiscais com: - Valores até R\$ 5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; - Valores até R\$ 15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; - Valores maiores que R\$ 5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; - Valores maiores que R\$ 15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014; - Valores maiores que R\$ 30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014; - Valores maiores que R\$ 100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. **5. Gestão de risco financeiro:** **5.1. Fatores de risco financeiro:** Considerações gerais: A Concessionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Concessionária têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da empresa, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **a) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e riscos de preços. **(i) Risco cambial:** As operações efetuadas pela Concessionária são realizadas no mercado interno e, portanto, não são afetadas pela variação cambial. **(ii) Risco de taxas de juros:** A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros decorre da possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, indexados à variação do CDI e da TR. **(iii) Risco de preços:** Os valores das tarifas dos serviços prestados pela Concessionária são reajustados de acordo com índices definidos no contrato de concessão. As tarifas, de acordo com os contratos de concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é representado por contas a receber dos consumidores e clientes da Concessionária em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pelos serviços prestados a uma base de clientes pulverizada. A Concessionária possui provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber no montante de R\$ 758 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 856 em 31 de dezembro de 2020), para fazer face aos riscos de crédito, conforme Nota Explicativa nº 7. **c) Risco de liquidez:** E o risco de que a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Concessionária. A Concessionária mantém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.351 em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota Explicativa nº 6. **5.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim resumidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Total de financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	29.463	20.713
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	(7.580)	(5.351)
Dívida líquida	21.883	15.362
Total do patrimônio líquido	65.369	58.701
Total do capital	87.252	74.063

5.3 - Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros são classificados da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo:		
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.580	5.351
Aplicações financeiras vinculadas	76	894
	7.656	6.245

	31/12/2021	31/12/2020
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	8.070	7.138
Outros ativos	82	379
	8.152	7.517

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo:		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	29.463	20.713
Dividendos a pagar	10.994	8.917
Fornecedores e outros exigíveis	6.924	2.163
	47.381	31.793

	31/12/2021	31/12/2020
6. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	172	165
Aplicações financeiras	7.408	5.186
	7.580	5.351

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes (a)	7.057	6.959
Clientes–parcelamento (b)	1.615	864
Pontos arrecadadores (c)	156	171
	8.828	7.994
Perdas de créditos esperadas no contas a receber	(758)	(856)
Total	8.070	7.138

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (Ajuste por Competência). (b) A conta de "Clientes–parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. **O aging list** de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer		
Faturado	1.877	1.505
Não faturado	1.964	2.206
Vencidas		
Até 30 dias	2.397	2.244
De 31 a 60 dias	623	596
De 61 a 90 dias	302	346
De 91 a 180 dias	625	683
Mais de 180 dias	1.040	414
Total	8.828	7.994

	31/12/2021	31/12/2020
8. Estoques		
Descrição		
Materiais de segurança	44	51
Estoques em poder de terceiros	2	28
Total	46	79

Os materiais classificados nesta conta são utilizados na reposição ou instalações nas redes de água e esgoto. O estoque em poder de terceiros refere-se a notas fiscais de simples faturamento, emitidas no decorrer da construção de bens operacionais. Ao ser concluído, o ativo é reconhecido no intangível. **9. Aplicações financeiras vinculadas:** O montante de R\$ 76 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 894 em 31 de dezembro de 2020) corresponde à contrapartida com recursos próprios, prevista na cláusula 6ª do "Contrato de Financiamento e Repasse", firmado com a Caixa Econômica Federal em 27 de dezembro de 2018, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa de depreciação anual	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	982	(739)	243
Veículos	20%	117	(76)	41
Máquinas e equipamentos	10%	100	(53)	47
Móveis e utensílios	10%	338	(225)	113
Total		1.537	(1.093)	444

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de informática	217	116	(1)	(89)
Veículos	41	16	–	(16)
Máquinas e equipamentos	52	2	–	(7)
Móveis e utensílios	107	27	–	(21)
Total	417	161	(1)	(133)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de informática	272	28	(2)	(81)
Veículos	57	–	–	(16)
Máquinas e equipamentos	59	1	–	(8)
Móveis e utensílios	102	25	–	(20)
Total	490	54	(2)	(125)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa de amortização anual	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	187	(177)	10
Desenvolvimento de projetos		3.128	(2.866)	262
Concessão/Infraestrutura		103.874	(32.126)	71.748
Infraestrutura em construção		28.628	–	28.628
Total		135.817	(35.169)	100.648

Os valores reconhecidos no intangível e ativo de contrato acima demonstrados como concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2021 com base pelos seguintes ativos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Auditorias	8.524	(1.957)	6.567	4.006
Estação de Tratamento de Água-ETA Reservatório	18.057	(6.724)	11.333	11.881
Booster	3.326	(1.041)	2.285	2.428
Elevatória de água	186	(12)	174	83
Elevatória de água	123	(6)	117	12
Substituição/Expansão de rede de água	15.476	(5.079)	10.397	9.492
Ligação de água	7.494	(1.379)	6.115	5.482
Ligação de esgoto	6.221	(2.256)	3.965	4.107
Substituição/Expansão de rede de esgoto	11.647	(4.172)	7.475	7.455
Elevatória-esgoto	435	(111)	324	345
Estação de Tratamento de Esgoto-ETE Beneficiárias em imóveis de terceiros	15.895	(4.273)	11.622	12.365
Máquinas e equipamentos	6.915	(540)	6.375	925
Veículos	9.434	(4.435)	4.999	6.301
Total	141	(141)	–	65
Total	103.874	(32.126)	71.748	65.247

	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa de amortização anual	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização
Softwares e aplicativos	20%	18	–	(8)
Desenvolvimento de projetos	20%	204	103	(45)
Concessão/Infraestrutura		65.247	914	(6.618)
Infraestrutura em construção		18.702	22.131	–
Total		84.171	23.148	(6.671)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa de amortização anual	Saldos em 31/12/2019	Adições	Amortização
Softwares e aplicativos	20%	21	6	(9)
Desenvolvimento de projetos	20%	729	48	(573)
Concessão/Infraestrutura		65.166	813	(3.778)
Infraestrutura em construção		9.487	12.261	–
Total		75.403	13.128	(4.360)

(i) Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 636 em 31 de dezembro de 2021, a uma taxa média ponderada de 8,59% a.a. (R\$ 223 e 8,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020). **12. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Mercadorias	733	767
Serviços	339	215
Infraestrutura	4.982	52
Outros	47	49
Total	6.101	1.083

	31/12/2021		31/12/2020	
	Linha de Crédito	Inde-xador	Juros	
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)	entre 2,50% e 6,0% a.a.		138	221
Capital de giro (b)	CDI	1,04% a.a.	8.858	12.857
Saneamento para todos (c)	TR	8,50% a.a.	20.750	7.699
(-) Custos de transação			(283)	(64)
Total de Empréstimos e Financiamentos			29.463	20.713
Circulante			1.081	1.077
Não circulante			28.382	19.636

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	20.713	13.186
Captações	12.277	21.432
Juros e encargos financeiros	1.480	1.568
Amortização de principal	(4.033)	(14.083)
Amortização de juros	(756)	(1.326)
Custo de transação	(320)	(281)
Amortização dos custos de transação	102	217
Saldo final	29.463	20.713

	31/12/2021		31/12/2020	
	Divida	Custos de transação	Total líquido	Total líquido
2022	–	–	–	4.014
2023	5.402	(18)	5.384	4.499
2024	5.397	(18)	5.379	4.493
Após 2024	17.847	(228)	17.619	6.630
Total	28.646	(264)	28.382	19.636

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2012 e 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e soma R\$ 665 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência de 24 (vinte e quatro) meses para a amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais para 2022 e 2024. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 11.800. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Esta operação proporcionou troca de parte da dívida da Concessionária, mediante quitação da maioria dos valores FINAME PSI e a quitação total do contrato Automático, somando R\$ 11.653 de valores liquidados, proporcionando redução do custo financeiro e aumento no prazo médio da dívida, impactando positivamente no fluxo de caixa. Em março de 2020, com o início da pandemia da Covid-19, vieram incertezas sobre seus impactos na economia, na taxa de inadimplência e sobre possíveis suspensões de tarifas ou limitações de cobranças, que poderiam reduzir significativamente os recursos financeiros da Concessionária. Neste período, foi contratada a linha emergencial de capital de giro, com o objetivo assegurar a necessidade de caixa diante dos possíveis impactos que a crise traria, no valor de 15.000, sendo amortizada em março de 2021. (c) A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida no exercício de 2018 junto a Caixa Econômica Federal, com R\$ 61.814 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com carência de 48 (quarenta e oito) meses para a amortização do principal, com capitalização das taxas de juros e administrativa e pagamento de taxa de risco de crédito mensais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2037. Este financiamento é destinado a investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e é amparado por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2021. **14. Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS/CSLL retidos	19	23
ISS	61	58
IRRF	45	41
PIS	69	61
COFINS	319	281
IR		



ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

23. Receitas (despesas) financeiras: São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	270	377
Juros e multas vinculadas à operação	885	728
Outras	-	3
Total	1.155	1.108
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(1.480)	(1.568)
Juros capitalizados	636	223
Juros de mútuo	-	(28)
Variação monetária sobre contingências	(195)	-
Tributos sobre operações financeiras	(67)	(69)
Descontos concedidos	(124)	(44)
Operações com derivativos	-	-
Outras	(371)	(386)
Total	(1.601)	(1.872)

24. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores-D&O	27/09/2021 a 27/09/2022	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2022 a 17/01/2023	10.000
Riscos operacionais	17/01/2022 a 17/01/2023	65.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2021 a 31/12/2022	82.103
Riscos ambientais	22/12/2021 a 22/12/2022	5.000
Garantia de concessão	01/01/2022 a 01/01/2023	604
Seguro garantia (performance bond)	05/01/2022 a 05/01/2023	6.568
Seguro de veículos	17/10/2021 a 17/10/2022	100
Garantia judicial	2021 a 2024	20.874

Gabriel Roberti - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor
Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves
CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras: Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da **Águas das Agulhas Negras S.A.** Resende-RJ. **Opinião:** Examinamos as Demonstrações financeiras da Águas das Agulhas Negras S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Águas das Agulhas Negras S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As Demonstrações financeiras da Águas das Agulhas Negras S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas Demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2022. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2S-P015199/O-6; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O-4